



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul

Estela Márcia Scandola

Comitê de Enfrentamento da Violência e da Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul -COMCEX /
Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser

scandola@terra.com.br

1 Os caminhos da pesquisa coletiva e comprometida com os direitos humanos de crianças e adolescentes

Esta pesquisa, desde a sua construção foi um caminho metodológico de pesquisa que coletivizou diferentes querereres. Inicialmente demandada pelo Comitê Estadual de Defesa dos Direitos e Enfrentamento da Violência Sexual – COMCEX-MS, foi incorporada na agenda da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul, do Comitê Nacional e Enfrentamento da Violência Sexual e da Escola de Saúde Pública “Dr. Jorge David Nasser” de Mato Grosso do Sul. Esta demanda foi apresentada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que apoiou financeiramente, bem como o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 24^a. Região /Ms e teve a gestão administrativa e financeira realizada pelo Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste – IBISSICO.

Promover o encontro de demandas para a pesquisa e comprometimento para sua realização representou uma parte significativa da própria pesquisa, com a formação das bases políticas e institucionais, criando alianças necessárias para que o projeto fosse elaborado e executado por muitos sujeitos/as coletivos compostos por pessoas comprometidas com as temáticas que se juntaram no objetivo da pesquisa. Esta operacionalização construiu um novo coletivo que respondeu à pesquisa que se “constitui um processo de trabalho complexo que envolve teoria, método, operacionalização e criatividade” (MINAYO, 2008, p.19).

Há no universo das pesquisas científicas um conhecimento significativo sobre o setor sucroalcooleiro como também sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, proporcionar o encontro entre os saberes desses dois campos, cada um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

envolvendo um conjunto significativo de conhecimento. Necessitou equalizar os conhecimentos de diversos coletivos e constituiu-se num espaço de interinstitucionalidade e de intersetorialidade, rede de contatos e complexidade de visões sobre a realidade estudada, que gerem “[a] tessitura de uma abordagem integradora de saberes ou na interseção entre disciplinas, que permita analisar as partes sem perder de vista a reconstrução de sua inserção na totalidade” (RIGOTTO, 2008, p. 31).

A elaboração formal do projeto de pesquisa – uma exigência política, científica e administrativa – respondeu a diferentes sujeitos/as, olhares e conhecimentos e, por isso, tornou-se um projeto operacionalizador de múltiplas demandas e de compromissos. Significou um instrumento balizador de novas práticas em políticas públicas, considerando a pesquisa também como um instrumento descortinador e politizador da realidade.

Para o conjunto da sociedade gloco-local possibilitou de aproximação e apropriação de conhecimentos que, pela dialeticidade das contradições que se expressam localmente, provocam inquietações frente à realidade. Esta incomodação dos já sensibilizados instiga à atuação na garantia dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, sobretudo na denúncia do modelo de desenvolvimento que impacta em diferentes campos da vida cotidiana, visando responder às necessidades energéticas do mundo globalizado.

O problema, discutido entre os envolvidos, possibilitou pensar o estudo e traçar como objetivo geral “compreender as relações entre as transformações provocadas pela presença da cadeia produtiva da cana e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul”. Os objetivos específicos foram: “descrever a dinâmica do comércio sexual de crianças e adolescentes para atender à demanda criada pelas mudanças decorrentes da implantação de usinas sucroalcooleiras” e também “verificar a compreensão dos atores da rede de atenção e de outros moradores da comunidade quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes.”

Para investigar essas relações complexas, foram elencados cinco municípios sulmatogrossenses, que abrigam usinas, destilarias e consideráveis áreas de plantio de cana-de-açúcar. Esses municípios são: Sidrolândia, Maracaju, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul e Rio Brilhante. Apenas nesses cinco municípios, funcionam nove



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

usinas, o que corresponde a 42% das 21 existentes no Estado, sendo que as empresas da região pertencem a grandes grupos, com predomínio da Louis Dreyfus Commodities, com três usinas, e da Organização Odebrecht, com duas unidades.

A opção em fazer uma pesquisa de base qualitativa, deve-se à três idéias que guiaram todo o processo: a) A existência da exploração sexual já é um problema de grande magnitude ainda que houvesse um caso, ou, mais radical ainda, o risco de sua existência; b) Quando apenas contam o número de casos de crianças e adolescentes com direitos violados não se sabe como enfrentar os problemas em suas múltiplas dimensões; e c) O número, conforme a sua grandeza, gera, no senso-comum, sentidos de impotência e/ou de fatalismo diante da problemática.

Conforme Minayo (2008) a utilização de metodologia de pesquisa qualitativa, é entendida como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inseparáveis dos atos, das relações e das estruturas sociais dos mais variados grupos pesquisados. Esta pesquisa além de requerer esta metodologia, ilustra de forma cabal este pensamento, não sem problematizar a sua operacionalização, as dificuldades que fizeram o desenho de diferentes instrumentos técnico-operativos.

A opção metodológica impôs à pesquisa um processo que agregou epistemologia e instrumentos operativos. A aproximação com o território específico foi indissociável com o aprofundamento dos conhecimentos dos próprios pesquisadores/as e dos sujeitos/as coletivos participantes da pesquisa. Pesquisadores/as com diferentes conhecimentos a partir das suas origens de atuação política – saúde, trabalho, direitos sexuais, crianças e adolescentes, setor sucroalcooleiro, participaram de momentos de construção de um novo conhecimento desafiante a todos que “ou experimentam vãos de águas ou se contentam com o conservadorismo que corrói a energia das instituições.” (MINAYO, 2008, p. 19)

A possibilidade de proporcionar o encontro de pesquisadores/as com conhecimento sobre exploração sexual de crianças e adolescentes e/ou sobre o setor sucroalcooleiro refletiu não somente na troca de saberes, como também na construção de liames capazes de fortalecer as ilhas de segurança temática e socializar saberes com os demais. Assim, os pesquisadores se constituíram também como sujeitos da pesquisa – as teorizações da



realidade foram costuradas com as experiências e conhecimentos dos pesquisadores, mergulhados no próprio contexto da pesquisa e impactados pelas transformações do setor sucroalcooleiro.

A equipe da pesquisa foi formada por homens e mulheres, sendo que apenas os primeiros – e com identidade de gênero masculina – tiveram acesso a territórios atribuídos socialmente para a prostituição. A circulação de informações, sentimentos e emoções entre os integrantes da equipe possibilitou um processo de resignificação para o grupo, especialmente no que se refere às concepções morais e maniqueístas culpabilizadoras dos sujeitos.

A coleta de dados ocorreu por meio de: a) Observação participante por meio da circulação e permanência de pesquisadores em lugares com intensa mudança demográfica quer sejam sazonais ou permanentes; b) Entrevistas abertas, geralmente de forma coletiva que se dirigiram especialmente aos serviços locais de atenção aos direitos de crianças e adolescentes e a grupos de trabalhadores do setor sucroalcooleiro em seus locais de trabalho e/ou de descanso; c) colóquio “Impactos da presença do setor sucroalcooleiro em MS, realizado em Rio Brilhante, com a presença de 45 pessoas da rede de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, movimentos sociais e pesquisadores. Estes instrumentos de pesquisa não foram aplicados de forma estanque, e sim como um processo de complementação permanente.

A sistematização dos resultados e produção do relatório ocorreu de forma coletiva, com leitura dos dados obtidos e esboço das categorias de análise que seriam agregadoras e articuladoras da análise.

Um dos desafios da pesquisa foi referente aos aspectos éticos posto que, ao tempo da coleta de dados, também se percebiam as violações de direitos. Aprovar o projeto no Comitê de Ética, neste caso, é o menos complexo. Mesmo seguindo todas as recomendações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que normatiza as pesquisas com seres humanos, o desafio foi manter toda a equipe em alerta a cada nova situação, buscando proteger os direitos de crianças e adolescentes (inclusive noticiando às autoridades conforme o caso) e, de outro lado, verificando a segurança dos pesquisadores e os colaboradores. A surpresa, nesses casos, especificamente é que a



maioria dos casos já era de conhecimento da rede local de garantia de direitos. Esta realidade suscitou elementos importantes para análise do relatório.

2 Os grandes empreendimentos e a exploração sexual: compreender o contexto e os conceitos.

2.1 O setor sucroalcooleiro e as mudanças territoriais

Com a expansão européia na América, o cultivo da cana-de-açúcar foi amplamente explorado no Brasil, desde a chegada dos portugueses. O produto encontrou no Brasil clima e solo férteis, além da “possibilidade” do uso compulsório do trabalho do indígena e, posteriormente, da escravização dos africanos. O modelo, composto pela escravização e latifúndio, favoreceu as condições para a ocorrência da monocultura, elemento que completa o modo de produção açucareira no Brasil. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 33)

A “abundância de terra fértil” e a “disponibilidade de trabalhadores” (evidentemente, numa perspectiva eurocêntrica e colonizadora) para o trabalho nos canaviais fizeram com que o Brasil rapidamente se tornasse o maior produtor mundial de cana-de-açúcar. A mão-de-obra indígena também foi utilizada, sendo considerada “de boa estatura, gente mui formosa e bastante mansa” (GALEANO, 1989, p 25).

Atualmente, os problemas ambientais e o aumento da demanda de energia, especialmente aquelas denominadas de “energia limpa”, colocam em evidência os biocombustíveis. O Brasil se insere nesse cenário com a produção em destaque do etanol proveniente da cana-de-açúcar. Internamente, o mercado do etanol já é considerado consolidado com a produção de carros flex, o país busca agora, através do incentivo público da expansão da atividade sucroalcooleira em países da África e da América Latina, criar uma oferta estável e assegurar a consolidação externa.

Nesse contexto, a cana-de-açúcar se torna a cultura crescente do agronegócio brasileiro. No caso de Mato Grosso do Sul, essa expansão ocorre a partir dos municípios do sul, com motivos muito semelhantes à entrada histórica da cana no Brasil, acrescidas estratégias adotadas por empresas para consolidarem suas inserções transnacionais em um momento de intensificação do capitalismo globalizado, que acirra as disputas em escala mundial. A produção de etanol também significa incorporação pelas grandes



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

empresas transnacionais do mercado energético de biocombustíveis e, para isso, além da nova área do mercado, também ocorre a deslocação para novos territórios. Para Rigotto uma das estratégias é

mudar a localização e a organização espacial da empresa, (...), em busca de vantagens como solo barato, vantagens fiscais, mão-de-obra barata e dócil (dumping social). Estes deslocamentos podem ser desde intramunicipais a intercontinentais. (2008, p. 76)

Junto a um cenário que articula a sofisticação tecnológica e o deslocamento espacial busca-se também a desregulação do trabalho que, neste caso, também são chamados de trabalhadores “flexíveis”, sazonais. No setor sucroalcooleiro, além de mão-de-obra migrante e indígena, a sua implementação ocorre em locais de baixa densidade de organização dos trabalhadores, ou seja, se valem do próprio empobrecimento da população para atuar “encobertos no mercado informal de trabalho, que atendem às variabilidades da produção a baixos custos.” (RIGOTTO, 2008, p. 77)

O aumento da produção de álcool é coerente com o projeto brasileiro de fomento da exportação de etanol, inclusive com vínculo a outros grandes projetos de infraestrutura como é o caso do alcoolduto, coordenado pela Petrobras. De todos os estados brasileiros, Mato Grosso do Sul é o que registra o maior avanço relativo na produção canavieira. Da safra 2009 para a de 2010, a produção de cana sul-mato-grossense cresceu 22,58%, sendo o maior índice do país. (IBGE, 2010)

A corrida do etanol repercute em iniciativas das três esferas de governo visando atrair empresas sucroalcooleiras, com apoio que vão desde fornecimento de espaço físico, infraestrutura, apoio político e técnico para liberação dos alvarás e licenças, como também financeiro direto para instalação e expansão por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Os gestores públicos das localidades têm diferentes percepções sobre as transformações territoriais decorrentes da instalação das usinas localidades, muito embora os dados de crescimento populacional e de expansão das receitas sejam cotidianamente difundidos, conforme se observa nas participações no colóquio realizado:

Com as usinas, a gente percebe um aumento da população e uma demanda maior à escola, ao atendimento da saúde, ao atendimento social. Existe uma grande migração. Mas isso tudo não tem aumentado a criminalidade. Isso é um ponto positivo. Quanto à prostituição, não existe fiscalização; as meninas falsificam documentos. Mas a criminalidade a gente não vê... A usina, do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

lado positivo, traz emprego e desenvolvimento, mas a administração tem que ir junto. Tem que aumentar os atendimentos.

A usina chegou há aproximadamente 25 anos. A gente percebe que a usina gera um problema social muito grande. E o poder público não acompanha com escola, nem nada... Também há casos de tráfico de drogas, exploração sexual...

O município e os gestores já absorveram a presença das usinas. Eles vêem como coisa boa. A gente vê que as autoridades não querem nem discutir. Mas os problemas aparecem: aumentam os gastos com saúde, educação, porque tem uma população flutuante; as pessoas moram mal, amontoadas; a prostituição infantil aumentou de forma exorbitante e a assistência social não consegue fazer nada, não tem recursos. As pessoas não denunciam, as autoridades fazem vistas grossas, porque vai ter que apontar os culpados e ter que resolver... Os municípios realizam audiências pra discutir o assunto, mas ninguém aparece, as pessoas não se interessam. Só pensam no retorno financeiro que isso dá.

A gente observa que houve um crescimento da cidade, há mais estrutura. Mas os problemas sociais são muito maiores; não só de prostituição infantil, mas de drogas, que são números muito alarmantes. As casas de reabilitação são particulares e as pessoas não têm recursos. Vai acumulando um monte de dificuldades para a rede por causa das migrações. Também aumenta a falta de estrutura das famílias.

Após a instalação das usinas tudo piorou. Além de prostituírem, as adolescentes estão encarando isso como um trabalho mesmo... Também os aluguéis são muito caros; não se acha casa pra alugar em Maracaju. Não há preocupação com o meio ambiente. Na educação, não tem vaga pra essas crianças. Os trabalhadores das usinas também usam drogas pra trabalhar. A droga mais usada é pasta base.

As usinas agravaram a questão do trânsito. Nós não temos recursos e ficou um caos a situação do trânsito, com acidentes graves com caminhões. Com relação à prostituição, a concentração é mesmo nas cidades, porque nos postos a gente visita, verifica, não tem. Vêm muitas meninas de Ponta Porã [fronteira com o Paraguai]. Tem outra coisa: quando acabam os contratos, as pessoas ficam perdidas pela cidade, às vezes só sabem trabalhar em usina, e ficam sem saber o que fazer. As cidades não têm estrutura pra receber essas pessoas, pra manter tanta gente.

No começo havia problemas com moradia. Mas agora está diferente: aumentou o número de empregos. O governo incentiva, quer as usinas... Elas também fazem a sua parte. O município tem que cobrar, tem que ir atrás, tem modificações acontecendo. A nossa prostituição aqui é muito mais por conta do Paraguai e da rota de drogas. E aqui a prostituição infantil, o Conselho Tutelar está em cima. Na escola, não faltam vagas. Tem vagas pra todo mundo. Problemas nós temos muitos sim, mas onde você prioriza atender, muda. A saúde melhorou. Não há recursos, mas está melhor. Tem que cobrar das autoridades, tem que buscar parcerias em todos os poderes. Nós tivemos uma menina aqui de 13, 14 anos, que ganhou a Olimpíada de Português nacional. Aqui é uma cidade muito feliz, porque todas as associações são unidas, e estão todas juntas.



Dissonantes em pontos diversos e reveladores ou não de preconceitos, os discursos se convergem num dado comum: as usinas trouxeram mudanças significativas aos municípios. A desproporção entre a pequenez institucional dos municípios e a grandeza das demandas geradas pelas usinas é flagrante em todas as falas, sendo destaque o aumento populacional.

Mas as falas são também dissonantes, quando as considerações são sobre as características das mudanças relacionadas às usinas e as respostas dadas pelos gestores públicos. Percebe-se explicitamente na última fala – como também foi perceptível em comentários de alguns entrevistados em outros momentos do estudo – a necessidade de relacionar a presença das usinas com a promoção de benefícios à localidade. Nesse grupo discursivo, prostituição de adolescentes e transformações referentes a usinas não mantêm nenhum tipo de relação.

Nos relatórios de campo, aparecem discursos que distanciam usinas e impactos negativos, especificamente os atinentes à exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses discursos se movimentam em dois eixos estratégicos: um que desvencilha o empreendimento das pessoas vindas de fora (sobretudo, os trabalhadores), responsabilizando essas pessoas – e não a presença das usinas – pelas transformações negativas; e outro que não faz essa separação e busca isentar de qualquer responsabilidade usinas e pessoas de fora pelos malefícios, como pode-se observar nos fragmentos dos relatórios de observação:

Com relação à presença de usina, ela afirmou: “Por conta do emprego é ótimo, porque antes tinham muitos homens que ficavam nas ruas sem emprego; agora trabalham nas usinas. Por outro lado, aumenta a violência, por causa das muitas pessoas que vêm de fora e são pessoas desconhecidas”.

O Gestor Público responde: “Não tivemos nenhum caso envolvendo estes trabalhadores. Pode ser que venha a ter, mas não pelo fato de ter uma usina. Não vejo que tenha alguma relação o fato de termos usina aqui. Esperamos que não aconteça, mas se vier acontecer será por acaso”.

A busca do entendimento da complexidade existente entre a instalação de um grande empreendimento (como são as usinas de cana-de-açúcar) e a promoção de condições favoráveis para o ingresso de meninas e meninos na prostituição passa pela própria concepção de sociedade. A sociedade, compreendida como uma totalidade viva, resultantes das costuras dialéticas entre a produção da atividade material e a produção



das idéias, será possível desvelar, em meio aos impactos provocados pela instalação e presença de usinas, a promoção de situação propícia ao desenvolvimento do mercado sexual e, no interior deste, da exploração sexual de crianças e adolescentes.

As transformações territoriais que ocorrem a partir dos grandes projetos de desenvolvimento, em localidades distantes fisicamente dos centros de decisão dessas mesmas transformações, são operadas por empresas e governos. Estes constroem coesões sociais e políticas para que se operem os projetos com menos possibilidades de fraturas sociais que coloquem em risco o modelo agroexportador energético brasileiro, especialmente o carimbo de *energia limpa*. A comunidade local é envolvida a novas percepções objetivas sobre o território que também contemple a identidade dos grupos sociais e sua inserção no mundo globalizado. Conforme afirma Monken *et al.*

A análise do espaço geográfico não só se presta à compreensão do real, por meio de uma avaliação objetiva, como está subordinada a uma avaliação subjetiva do espaço como meio percebido. (...) a percepção do espaço é marcada por afetividade e referências de identidades socioculturais. (2008, p. 25)

A comunidade local torna-se uma importante chancela e sua visão sobre o território é a própria *aprovação* do modelo de desenvolvimento, inclusive justificando possíveis problemas como necessários à inserção no mundo globalizado. As mudanças materiais operadas nos territórios são acompanhadas de intenso trabalho, a partir dos governos e empresas, visando coesão social e prevenção de fraturas que possam impedir ou mesmo questionar o des-envolvimento.

2.2 Conceitos e contexto da exploração sexual de crianças e adolescentes

Há uma fronteira tênue entre a restrição e a abrangência demasiada no que se refere ao conceito de exploração sexual. Para Faleiros “o uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é nomeado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, e em outros momentos como exploração sexual comercial” (2000, p. 9).

Em grande parte dos documentos oficiais ou mesmo das campanhas, a exploração sexual é conceituada sem a sua inserção nas realidades específicas, como também é tomada como uma forma de violação de direitos genérica e é percebida, no senso comum como restrita à relação entre agressor (ou cliente) e a vítima (a criança ou adolescente). Estas posturas deixam fora de sua compreensão, componentes importantes para o entendimento da violação, sua complexidade e extensão de responsabilidades pelas violações de direitos.



Buscar novos métodos para, a partir da realidade, conceituar a exploração sexual, não significa partir somente da leitura da realidade, sobretudo promover o encontro desta com autores que já se debruçaram sobre o tema. Santos (2007), por exemplo, critica o uso genérico dessa expressão, que, muitas vezes, é tomada como sinônimo de prostituição. O autor considera exploração sexual somente a prática involuntária da prostituição, quando há a figura do agenciador. Segundo ele, esse conceito estrito funciona como uma estratégia de superação do tratamento moralizante à prostituição e como uma forma de salientar o protagonismo de crianças e adolescentes em situação de prostituição. Para o autor, a equivalência entre exploração sexual de crianças e adolescentes - ESCA e “prostituição infanto-juvenil” corresponde a uma visão moralizante que rejeita o direito de adolescentes de exercerem o trabalho sexual. Toda “prostituição infanto-juvenil” passa a ser proibida como se fosse sempre exploração sexual.

Faleiros (2000) inclui no conceito de exploração sexual o trabalho sexual autônomo. Conforme ela, “na exploração sexual do mercado do sexo, os trabalhadores são submetidos a dois contratos: o sexual (com os clientes) e o de trabalho (na maioria das vezes informal) com os empregadores”. Segundo essa concepção, no contrato sexual, o cliente explora o serviço e, no contrato de trabalho, o empregador explora a força de trabalho.

A questão não está apenas em incluir ou excluir a modalidade “trabalho sexual autônomo” no e do conceito de exploração sexual. Mais que isso, é preciso considerar, no conceito, cruzamentos de aspectos diversos – essa consideração é necessária para que seja possível a percepção das violações de direitos humanos sexuais em meio às transformações dos contextos dos quais participam as crianças e os adolescentes. Esses aspectos são: a produção constante e paulatina de pensamentos a partir das alterações da realidade material, o desenvolvimento da sexualidade e as situações de vulnerabilidades de crianças e adolescentes provocadas pelas alterações profundas dos territórios onde vivem.

A atenção para as múltiplas dimensões da ESCA, que podem ser entendidas como articulações entre diferentes âmbitos de exploração que se movimentam das totalidades para as particularidades, e vice-versa. Libório (2007) ao buscar compreender a



complexidade conceitual, sistematiza de forma ampla o conjunto de violências e as classifica em categorias explicativas que são: violência estrutural, violência social e violência interpessoal, afetando todas essas violências, a construção da identidade e o processo de vulnerabilização que se processa no contexto e em cada criança e adolescente.

Essa amplitude, acrescida da violência institucional nos permite situar a ESCA em um espaço importante para a compreensão das relações entre a violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes e a presença de grandes empreendimentos, como as usinas de cana-de-açúcar. Ao aprofundarmos a compreensão do movimento entre as diferentes dimensões da violência, percebemos a indissociabilidade, a simultaneidade e potencialização entre estas, posto que sedimentam a “normalidade” da realidade vivenciada e ainda aprofundam a assimetria entre a violação de direitos (a partir da ordem estabelecida) e a garantia de direitos (que significaria uma nova ordem econômica, social, cultural, institucional e interpessoal) a partir da criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento.

Esta compreensão multidimensional da violência implica em desfocalizar a importância da discussão sobre a autonomia ou agenciamento dos programas sociais, posto que a relação de exploração não é estabelecida apenas interpessoalmente. Ou seja, mesmo que não haja a atividade sexual visível (na dimensão mais imediata) por parte de um agenciador, a criança e o adolescente continuam sendo explorados, pois devem ser consideradas as interferências de outras dimensões da violência, que afeta especialmente a condição de pessoa em desenvolvimento.

Cada uma dessas dimensões intensifica as vulnerabilidades para a violência sexual e, em outras situações, as promove exatamente para manter a coesão social necessária à manutenção da cadeia produtiva sucroalcooleira. Observou-se nos territórios impactados que há casos de meninas que não recebem explicitamente pagamento material pelo ato sexual. Tais situações, no entanto, não podem ser entendidas como abuso sexual, ou seja, atividade sexual que não tem paga ou troca material, mas relação de troca de outra ordem: a “recompensa”. Pela prática sexual correspondia à provocação pelo autor de situações de consumo ou de possibilidades de consumo excepcionais ao



cotidiano das meninas com os direitos violados, o que suscita uma ilusão de status. Trata-se de um pagamento simbólico.

As duas formas de troca – material e simbólica – ajudam a compreender a complexidade da ESCA para além da criança e do adolescente. Para o agenciador, a ESCA representa, sobretudo ganho de capital material; ao homem em situação de cliente, principalmente, elevação de capital simbólico (será bem visto como o macho, em um contexto machista e adultocêntrico); intermediadores diversos (donos de bares, de hotéis, taxistas, trabalhadores sexuais, familiares, etc.) ganho material, sobretudo; e à criança e ao adolescente, como visto, retornos material (dinheiro, “presentes”) e simbólico (elevação à posição de mulher adulta, à namorada de um homem de fora em posição superior aos garotos da localidade, etc.). É importante salientar que essas “elevações de status” ocorrem numa estruturação social capitalista e atendem às necessidades criadas por esse sistema, ou seja, acesso a bens de consumo não necessários à sobrevivência, mas a sobrevivência econômica e social.

A exploração sexual, entendida dentro desta lógica capitalista, permite a compreensão abrangente, que considera como fator importante para a ocorrência dessa violação de direitos, o estímulo ao consumo – não se trata, assim, de uma violência nascida simplesmente da divisão das classes sociais, mas, sim, da própria necessidade de sobrevivência do sistema transformando todas as pessoas em consumidores e em mercadorias.

A divisão de classe, no entanto, é importante para a compreensão de como os sonhos vendidos aos consumidores, os fetiches, vão também sendo fontes de apreçamento da própria mercadoria. Nesse sentido, o querer de cada criança e/ou adolescente inserida na globalização do consumo coloca preço nela e nos serviços que vai produzir no mercado sexual. Segundo Bauman (2008) no mercado de trabalho, a vida dos indivíduos é inscrita como produto: analisada, calculada, colocada em preço. Nesta pesquisa foi observado que as pessoas são consideradas mercadorias – são negociadas entre agenciados e donos de postos de trabalho. No caso da negociação com os taxistas para trazer/levar as mulheres e adolescentes de outros municípios e/ou do Paraguai, a conversa com os agenciadores é de “buscar mercadoria”, “levar mercadoria” e, a



dependem do número de pessoas e das condições de risco para o transporte é que são negociados os preços.

Essas mesmas pessoas, tratadas como mercadorias, não ter outro apreçamento a depender da capacidade de produzir mercadorias com maior valor de troca e possibilidade de lucro para os donos dos postos de trabalho. A idade, o aspecto de inocência ou esperteza sexual, a origem étnica, a condição migratória especialmente quando são paraguaias, são aspectos que vão compor o valor financeiro e simbólico dos serviços sexuais e das próprias pessoas. Segundo o relatório de um dos pesquisadores, uma trabalhadora sexual, presente nas ruas, expressou que “as paraguaias são mais baratas, vem de qualquer jeito e aceitam tudo. Dão menos trabalho e, vindo sem documento, ninguém sabe a idade direito”.

Segundo Scandola (2009) a exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes insere-se em relações de trabalho em uma cadeia produtiva própria – o mercado sexual – podendo, por vezes colaborar com a manutenção de outra cadeia produtiva servindo para aplacar as insatisfações da força de trabalho, especialmente no que se refere à solidão da migração, a necessidade de lazer e as afetividades.

Nas diferentes cadeias produtivas podem-se perceber situações onde o trabalho formal e o informal ocorrem simultaneamente; o lícito e o não lícito caminham juntos, e no caso do chamado mercado sexual esse também está em diversos setores, se encontrando dentro, a serviço ou sendo um próprio ramo da economia. Sendo assim, está ligado à maneira em que a economia se comporta e é diretamente influenciado por ela e sua mobilidade espacial, de mercados mais ou menos lucrativos e as necessárias coesões que constrói para manter o crescimento e o lucro.

A composição da força de trabalho do mercado sexual que vai ser utilizada na prostituição local é feita tanto de mulheres e adolescentes locais quanto daquelas que são trazidas de municípios próximos ou mais longínquos, como do Paraguai. O agenciamento de crianças e adolescentes da localidade é feito por meio de pessoas da própria localidade e, mesmo constituindo-se em uma rede, ocorre por meio de telefones móveis que poderão ou não, ser chamados de “estar tendo um caso”, “namorando” ou “fazendo um programa”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

No caso das regiões adstritas do que se denomina zona de prostituição, as “mais jovens”, geralmente estão sem documentos e são identificadas como aquelas do limite da idade mínima, 18 e 19 anos. Foram encontradas meninas que não falavam Português e observou-se que as mais velhas são mais permanentes nas casas e as mais novas, conforme conversa informal, “precisam rodar os municípios”, permanecendo pouco em cada casa, sem necessariamente retornar aos seus lugares de origem. A utilização de mulheres, crianças e adolescentes no mercado sexual prostitucional é intensificada seja pelo permanente crescimento populacional demandada pela presença do setor sucroalcooleiro, pela sazonalidade do período de colheita e, dentro desta, nos dias de pagamento de salários.

Diante do exposto, à guisa de construir um conceito para e neste estudo, exploração sexual de crianças e adolescentes diz respeito à utilização da sexualidade infanto-juvenil na qual se estabelece algum tipo de poder de um indivíduo adulto, de um grupo ou mesmo de uma organização, podendo existir ou não intermediação para as práticas sexuais e podendo o pagamento ser material e/ou simbólico, visando a satisfação sexual de si ou de outrem.

3. Considerações Finais

O setor sucroalcooleiro, existente no país a partir da chegada dos europeus, sempre existiu baseado na escravidão. Atualmente está intensificado no Brasil visando concorrer no atendimento das demandas mundiais por energia limpa, a partir dos protocolos ambientais assinados e mantém regras de expropriação humana muito semelhante a outros períodos históricos. Tem se expandido com a colaboração dos diferentes âmbitos do governo que, juntamente com as grandes empresas (trans) nacionais criam as condições materiais e simbólicas para a sua existência, manutenção e intensificação.

A sedimentação da idéia do des-envolvimento como a única saída para os territórios mais longínquos e com menor rede de resistência de movimentos sociais e de trabalhadores, produz consensos nos territórios em que se implanta. Com as condições de poucos empregos nos pequenos municípios, dentro dos padrões industriais aliadas à ideologia desenvolvimentista, com apelo à inserção global, pode-se afirmar que as



comunidades locais, incluindo gestores e população, “absorvem” as necessidades e os impactos criados pela presença do setor sucroalcooleiro e, “absolvem” os donos do capital pelos problemas gerados. Este processo de alienação do real e manutenção da percepção do imediato e superficial é reificado permanentemente como forma de manutenção da coesão local.

A intensificação do mercado sexual, especialmente o prostitucional está ligada diretamente à manutenção dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, podendo valer-se de mulheres, crianças e adolescentes seja das localidades ou trazidas do entorno e/ou regiões longínquas ou do Paraguai. A migração de trabalhadores e trabalhadoras ocorre em menor escala para trabalho permanente e em maior escala para atender a safra e, dentre desta, nos dias de pagamento de salários.

Nos territórios afetados localmente há, compreensões e ações com diversas, nas quais alguns irão questionar as transformações causadas pela instalação de usinas, outros irão aplaudi-las e terceiros darão de ombros; alguns fortalecerão o pensamento de que as meninas estão cada vez mais “oferecidas”; outros dirão que as meninas são de outros lugares; outros mais cautelosos e perceberão alguma relação entre o aumento do mercado prostitucional e a presença das usinas, mas ainda assim, com vínculo com a análise moral e não vínculo com o capital. Por isso, grande parte ainda compreenderá a responsabilização da exploração sexual como dual: o explorador (usuário) e a explorada (a criança ou adolescente) não incorporando o contexto e a responsabilização ampliada. Compreender a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto sucroalcooleiro requer ir além das visibilidades imediatas, da compreensão fácil e culpabilizadora. Exige que o processo de conhecimento da realidade, junto com os sujeitos coletivos locais, vá desvelando todos os liames que se entremeiam, fazendo manter e aprofundar as condições que favorecem a exploração sexual de crianças e adolescentes. Significa que cada situação é a denúncia da responsabilidade compartilhada desde o planejamento do projeto, seu financiamento, instalação e manutenção e, em cada diferente fase, todos os envolvidos que aquieceram diante da possibilidade e da existência da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Atuar diante desta problemática, exige dos setores comprometidos com os direitos humanos ações locais, translocais e globais, sobretudo possam construir um conceito de



energia limpa que esteja também alicerçada em infância saudável e feliz que sonhe e desfrute de outro mundo possível!

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Normas de pesquisa envolvendo seres humanos** (Resolução 196/96e outras). 2. ed. ampl. Brasília. Ministério da Saúde, 2003.

COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS SEXUAL E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE MATO GROSSO DO SUL – COMCEX-MS. **Relatório de pesquisa: setor sucroalcooleiro e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Campo Grande: COMCEX-MS, 2010. Disponível em:

<http://www.ibiss-co.org.br/site/up/documento/2010_10_01/2010_10_01_15_10_32_0..pdf>.

Acesso em: 30 maio 2011.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: Thesaurus, 2000.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Contagem da População 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp>>. Acesso: 18 mar. 2010.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia Maria Gomes Sousa (Org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais.** 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONKEN, Maurício; PEITER, Paulo; BARCELLOS, Cristovam; ROJAS, Luisa Iñiguez; NAVARRO, Marli B.M.de Albuquerque; GONDIM, Grácia Maria de Miranda; GRACIE, Renata. O território na Saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. *In:* Miranda, Ary Carvalho; Barcello, Christovam; Moreira, Josino Costa; Monken, Maurício (org.). **Território, ambiente e saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. cap.1, p 23-41.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: Implicações da (des)**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

localização industrial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

SANTOS, Benedito Rodrigues. **O enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil**: uma análise de situação. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

SCANDOLA, Estela Márcia. Oferta, demanda e mercado sexual: aprendizados de educadora. **Revista Conversação**, n. 7, p. 4-7, 2009.